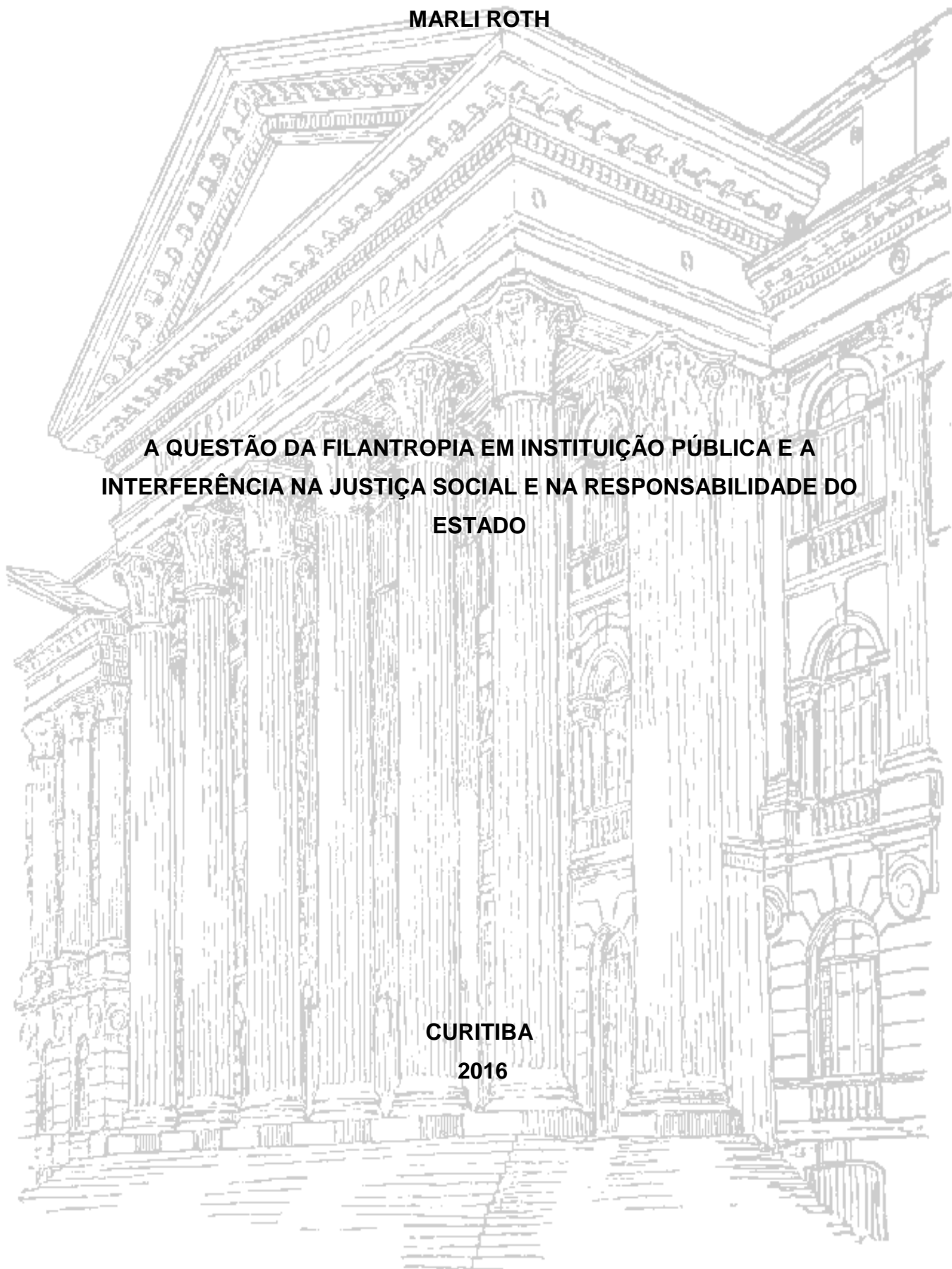


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARLI ROTH

**A QUESTÃO DA FILANTROPIA EM INSTITUIÇÃO PÚBLICA E A
INTERFERÊNCIA NA JUSTIÇA SOCIAL E NA RESPONSABILIDADE DO
ESTADO**

**CURITIBA
2016**



MARLI ROTH

**A QUESTÃO DA FILANTROPIA EM INSTITUIÇÃO PÚBLICA E A
INTERFERÊNCIA NA JUSTIÇA SOCIAL E NA RESPONSABILIDADE DO
ESTADO**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Me. Cesar Augusto Cruz

CURITIBA

2016

A QUESTÃO DA FILANTROPIA EM INSTITUIÇÃO PÚBLICA E A INTERFERÊNCIA NA JUSTIÇA SOCIAL E NA RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Marli Roth

RESUMO

Considerando que a escola pública é direito de todas as pessoas e também dever do Estado em propiciar uma educação gratuita, laica e universal, percebe-se grande influência do terceiro setor nas instituições públicas. Empiricamente tem-se a impressão que essa interferência ameniza a responsabilidade do Estado e interfere nas muitas lutas e conquistas dos trabalhadores, inclusive direitos da Constituição de 1988. Logo, este trabalho se dá com base na problemática ora apresentada e, para que pudesse ocorrer, houve a colaboração de uma turma do Curso de Formação de Docentes do Colégio Estadual Professor Gildo Aluísio Schuck para analisar a questão da filantropia em instituições públicas e se a mesma influencia na responsabilidade do Estado em relação a justiça social. Desta maneira houve um estudo de autores que fazem as referidas análises da influência do “Terceiro Setor”, como Carlos Montaña, por exemplo. A partir dessas leituras foi possível observar que a sociedade capitalista neoliberal incentiva a filantropia no sentido de auxiliar nas questões sociais. A ideia é transformar essa impressão empírica citada acima em um conhecimento científico mais aprofundado em relação ao assunto pesquisado. Sendo assim, esta pesquisa aparece com um viés político, analisando inclusive a posição de alguns governos no que diz respeito a investimentos em questões sociais e de parcerias com entidades privadas, que podem ou não amenizar a responsabilidade do Estado. Esta pesquisa foi realizada com a aplicação de questionário, análise do resultado do mesmo, bem como análises bibliográficas que tratam do referido assunto.

Palavras-chave: Escola Pública; Filantropia; Justiça Social.

1 INTRODUÇÃO

Considerando que existe muita prática da filantropia em setores que recebem verbas públicas, e que empiricamente tem-se a impressão que essas ações de certa maneira amenizam as obrigações do Estado, percebe-se a necessidade de

fazer um estudo mais aprofundado sobre esse assunto, visto que inicialmente têm-se apenas noções empíricas em relação ao mesmo. Problemas de natureza política e social existentes na sociedade capitalista acabam se tornando um foco de preocupação de empresários, organismos internacionais e setores não governamentais. Essa preocupação acaba por culpabilizar a escola por muitos problemas sociais existentes, e pensam na mesma como a solução de todos esses problemas. Nesse sentido os empresários, organismos internacionais e setores não governamentais acreditam que eles precisam atuar para ajudar a resolver os problemas de natureza política e social. Faz-se necessário, portanto um estudo e reflexão com maior nível teórico em relação ao tema, para que saia do nível de senso comum para um conhecimento científico. Nesse trabalho faz-se necessário entender se empresários utilizam-se da filantropia para terem uma justificativa ética para a sonegação de impostos.

Segundo Petras (2002, p.66):

“As Ongs progressistas devem distinguir claramente a diferença entre elas e as Ongs milionárias, como Foster Parente Plan, que arrecada US\$ 300 milhões a cada ano, a Misereor US\$ 214 milhões, a World Vision US\$ 500 milhões e a Care US\$50 milhões. Essas agências milionárias colaboram com o imperialismo euro-americano. Recebem fundos para enfraquecer os movimentos sociais por meio do “desenvolvimento comunitário” e “familiar” no âmbito da colaboração de classes. Hoje em dia, as fundações das empresas transnacionais, o banco mundial e os impérios euro-americanos investem mais de US\$ 7 bilhões em Ongs para facilitar a sua tarefa de enfraquecer os movimentos que lutam por um desenvolvimento abrangente e contra o sistema atual”.

Com base na citação acima, o trabalho filantrópico atrapalha as lutas dos movimentos sociais, os quais buscam um sistema justo, que não seja o sistema atual. Essa busca de parceria entre as organizações do terceiro setor acaba por desresponsabilizar o Estado de suas obrigações?

Para sanar essas dúvidas, serão realizadas leituras de autores que discutem o tema em estudo, e posteriormente uma entrevista em forma de questionário para as/os estudantes do Curso de Formação de Docentes, depois da leitura desses questionários, será realizado um debate com as/os mesmas/os sobre esse tema, analisando todas essas dúvidas sobre a filantropia e responsabilidade do Estado.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Para Lucia Maria Wanderley Neves:

Na perspectiva da Terceira Via, no mundo da “ordem pós-tradicional”, das incertezas artificiais, impulsionado pela “globalização intensificadora”, o Estado afirma-se como principal agente das relações externas, prioritário na organização da sociedade e como centro legítimo do poder. No entanto, num mundo “tão mudado”, o projeto advoga a necessidade de que o Estado se renove, fazendo surgir um “novo Estado democrático”. (NEVES, Lúcia Maria Wanderley p. 143).

Nessa configuração, o Estado passa a ser muito importante para a organização da sociedade, com centralização de poder e uma nova ordem democrática. Precisa ampliar o campo social e político e para isso precisa ser reorganizado, para melhorar os serviços de maneira flexível e ágil, visando o desenvolvimento econômico e social, colaborando com o capitalismo. Para tanto faz-se necessária uma parceria entre privado e público.

Segundo GIDDENS, (2001, p. 109-110), para a terceira Via, não se trata de uma relação de subordinação, mas da busca de “uma nova sinergia entre os setores público e privado, utilizando o dinamismo dos mercados, mas tendo em mente o interesse público”.

Dessa maneira percebe-se que ao Estado cabe a atuação em prol ao interesse de todos, buscando projetos concessões públicas, incentivos fiscais, entre outros. Já aos empresários, cabe realizarem obras, oferecer empregos a população, explorar concessões e usufruírem dos incentivos, colaborando assim, com o chamado desenvolvimento.

De acordo com Montañó (2002 p 22):

Assim, numa perspectiva crítica e de totalidade, o que é chamado de “terceiro setor” refere-se na verdade a um fenômeno real inserido na e produto da reestruturação do capital, pautado nos (ou funcional aos) princípios neoliberais: um novo padrão (nova modalidade, fundamento e responsabilidades) para a função social de resposta às sequelas da “questão social”, seguindo os valores da solidariedade voluntária e local, da auto-ajuda e da ajuda-mútua. (MONTAÑO, Carlos p. 22).

Nesse sentido, o Estado não é o único responsável pela função social, esta passa a ser responsabilidade dos próprios sujeitos e da sociedade, não é um direito

do cidadão, mas uma opção para que voluntários ajudem ao próximo, no sentido da solidariedade, pode ser citado como exemplo as APAES (Associação de Pais, Amigos dos Excepcionais).

Ainda Montaña (2002, p 23) fala que:

“O objetivo de retirar o Estado (e o capital) da responsabilidade de intervenção na “questão social” e de transferi-los para a esfera do “terceiro setor” não ocorre por motivos de eficiência (como se as ONGs fossem naturalmente mais eficientes que o Estado), nem apenas por razões financeiras: reduzir os custos necessários para sustentar esta função estatal. O motivo é fundamentalmente *político-ideológico*: retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão quanto as políticas sociais (estatais) de qualidade; criar uma cultura de autculpa pelas mazelas que afetam a população, e de auto-ajuda e ajuda mútua para seu enfrentamento; desonerar o capital de tais responsabilidades e, por um lado, uma imagem de transferências de responsabilidades e, por outro, a partir da precarização e focalização (não universalização) da ação social estatal e do “terceiro setor”, uma nova e abundante demanda lucrativa para o setor empresarial”. (MONTAÑO, Carlos. p. 23).

A crítica que o autor faz é na linha marxista, e dessa maneira há um problema em relação a luta de classes. Acaba que a sociedade se desmobiliza em fazer a luta por políticas sociais e transformação social, e ainda a população se sente responsável por auxiliar na garantia de direitos sociais, deixando o Estado aliviado e com menor responsabilidade. Para o neoliberalismo é muito bom tudo isso, pois retira e esvazia as históricas conquistas dos trabalhadores.

Com o fim da Guerra Fria, a crise estrutural de acumulação capitalista e o nível de racionalização alcançado pelo modo de produção social capitalista nas décadas finais do século XX, consubstanciado na mundialização da produção, na difusão do paradigma da acumulação flexível de organização produtiva, assim como na introdução e na difusão aceleradas da microeletrônica e da informática na organização do trabalho e no cotidiano dos cidadãos, determinaram a elaboração de um novo tipo humano, de um novo homem coletivo, conforme aos novos requerimentos da reprodução das relações sociais vigentes. Por outro lado, o desemprego estrutural, a precarização das relações de trabalho e das condições de vida de um contingente cada vez maior de trabalhadores levam o capital a redefinir suas estratégias de busca do consenso da maioria das populações no limiar do século XXI. (NEVES, Lúcia Maria Wanderley. P. 32).

De acordo com Neves, após a Guerra Fria, a crise capitalista colaborou na formação de um novo homem, mais humano e coletivo. Porém, havia uma crise social, como desemprego, péssimas condições de trabalho e condições de vida dos trabalhadores. Nesse sentido a sociedade capitalista busca uma saída, para chegarem a um consenso. O Estado de bem-estar social perdeu espaço para o

Estado neoliberal, ao invés de produtor de bens e serviços, o Estado passa a coordenar iniciativas privadas da sociedade civil e passa a ser provedor de serviços sociais para uma demanda da sociedade, que passa a ser chamada de “excluídos”.

No Brasil, segundo caracteriza Ianni,

“Entre 1930 e 1937, Getúlio Vargas ensaiou uma democracia de bases populares, fazendo concessões simultâneas à classe média e ao proletariado. Nesses anos criou algumas bases do populismo brasileiro, formulando a doutrina da ‘paz social’ e reconhecendo os sindicatos como legítimos órgãos do proletariado. Nos anos de 1937-45, Vargas instalou uma ditadura de tipo populista, sob a denominação de *Estado Novo*, com elementos de inspiração corporativa. Nesse período, outorgou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) [em 1943], formalizando as relações de trabalho nos setores secundário e terciário. Por meio do salário mínimo, as férias remuneradas, o aviso prévio, a proteção à maternidade e outros dispositivos, formalizaram-se os direitos e deveres dos trabalhadores [...] Ao mesmo tempo, criam-se os requisitos organizatórios ou burocráticos por meio dos quais se dá o aparecimento do *peleguismo* [...] Nos anos 1951-54 o populismo de Vargas conformou-se às regras da democracia representativa, onde os remanescentes da oligarquia, ao lado do imperialismo, estiveram bastante ativos contra o seu governo [criando-se aqui, a *Petróleo Brasileiro S.A* (Petrobrás)] [...] Ao longo dos anos 50 e 60 [desde o suicídio de Vargas, em 54, até a deposição de Goulart, em 1964], um elemento importante do populismo brasileiro foi a aliança entre o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista do Brasil (PCB)” (IANNI, Octávio. P. 77-78. MONTAÑO, p. 33).

Desta forma, se o período varguista consolidou as leis trabalhistas e até certo ponto desenvolveu um “Estado Social, é apenas na Constituição de 88 que se consagra o novo “*pacto social*”, porém tudo isso com muita organização e luta da classe trabalhadora, de movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos trabalhistas de massa, entre outros. Pacto esse que foi esquecido nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso.

Conforme observa o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, já em 1963, “a burguesia industrial nacional estava impedida, por motivos estruturais, de desempenhar o papel que a ideologia nacional-populista lhe atribuía”, com o que se viu obrigada a “abdicar de uma vez por todas de tentar a hegemonia plena da sociedade, satisfazendo-se [agora] com a condição de *sócio-menor do capitalismo ocidental*” (Cardoso, apud Fiori, 1995:7). Assim, “a burguesia nacional rompe os compromissos táticos com o proletariado e alguns outros setores do populismo, em benefício das suas razões estratégicas, dadas pela ordem capitalista” (Ianni, 1989:100). (Montaño, 2002, p.36)

Desta maneira, gradualmente inicia um processo de reforma do Estado, uma reorganização capitalista. Processo esse que vai se esvaziando de aspectos

trabalhistas e sociais, os quais foram conseguidos por meio de muita luta dos trabalhadores e movimentos sociais no período de Getúlio Vargas. Igualmente se esvaziando de conquistas e direitos sociais contidos na Constituição de 1988. Tudo isso pela nova ordem capitalista, de um Estado impregnado do mais ferrenho neoliberalismo.

Os anos 90 foram marcados, no Brasil por um clima de perplexidade e de aflição geral no que diz respeito à educação. Os governos Collor e Cardoso, de orientação neoliberal, caracterizaram-se por uma política educativa incoerente, combinando um “discurso” sobre a importância da educação” e um “descompromisso do Estado” no setor, com um papel crescente da iniciativa privada e das organizações não-governamentais (ONGS) (Saviani, 1996).

Como observa Frigotto (1996), a tese central do neoliberalismo é de que o setor público (o Estado) é responsável pela crise, pelos privilégios e pela ineficiência. O mercado e o setor privado são sinônimos de eficiência, de qualidade e de equidade. A solução torna-se, então, o Estado mínimo e a necessidade de questionar todas as conquistas sociais, como a estabilidade de emprego, o direito à saúde, à educação e aos transportes públicos. O Estado deve ser reduzido a uma proporção mínima, apenas necessária para a reprodução do capital.

No plano educativo, o neoliberalismo traduz-se pela ideia central do mercado como mecanismo de regulação. O Estado deveria fornecer a cada família tíquetes (*vouchers*). Por outro lado, muitas empresas privadas apadrinham (“adotam”) escolas públicas. A filantropia da parceria encontra-se assim elevada ao mesmo patamar que a política educativa do Estado (Frigotto, 1996).

O surgimento de numerosas ONGs, que disputam os fundos públicos e privados, tem um duplo efeito perverso. Essas ONGs de novo tipo (com fins exclusivamente lucrativos) comprometem o trabalho antigo das ONGs tradicionais, efetivamente envolvidas junto às populações socialmente desfavorecidas. Além do mais, cria-se a ilusão de que as ONGs constituem uma alternativa democrática local ao descaso do estado e ao seu descompromisso social (Frigotto, 1996).

Nesse sentido corre-se o risco de culparem os pais, estudantes, educadores/as e outros segmentos da sociedade civil pela má qualidade da escola pública e são esvaziadas as determinantes sociais e culturais. Como também o papel do Estado parece não mais ter importância quando as ONGs se comprometem com as populações socialmente desfavorecidas.

Na sequência, Moura Castro (1997) pretende que o ensino particular ocupe os espaços deixados pelo Estado:

“Quando Estado não chega à periferia, o privado responde abrindo escolas. Quando a qualidade do ensino público deixa a desejar, o privado oferece escolas de melhor qualidade. Quando não há vagas no ensino público, o privado encarrega-se oferecê-las”. (CASTRO, Moura. p. 423-452).

Por outro lado, Zibas (1995) demonstrou que o ensino particular não mostra a menor preocupação para com a qualidade. Quando tem uma clientela de alunos adultos/trabalhadores nos seus cursos noturnos. A qualidade não é um dado estrutural do ensino particular no Brasil.

Para Benevides (1996, p. 22):

“Pensamos numa educação avançando rumo ao desenvolvimento e à construção de uma verdadeira cidadania, mas permanecemos prisioneiros dos modelos culturais do parasitismo e da dependência colonial. Debates modelos culturais do parasitismo e da dependência colonial. Debates soluções convencionais que estorvam todo avanço. Esse paradoxo encontra sua explicação não na organização escolar enquanto tal, mas na cultura e na mentalidade conservadora de uma sociedade de tipo oligárquico. (BENEVIDES, F.C. p. 21-23).

Cury & Nogueira (1989) denunciam a *mercantilização* do ensino e a *privatização* do Estado que a tornou possível. Eles lembram que a escola é também um produto de lutas sociais. Nesse sentido, a rede pública de ensino teria provavelmente uma outra configuração dentro de uma nova ordem política e social. Os recursos públicos para a rede pública significam a *republicação* de um Estado que, ao privatizar-se, deixou o espaço aberto aos empresários da educação para que ocupem sua “face pública”. Além dessa crítica, Cury & Nogueira (1989) conclama uma política educativa em que o Estado não será mais um lugar de poder dos grupos hegemônicos da sociedade. A reorientação da política educativa do Estado será também o indício que permitirá medir a participação dos grupos subalternos da cidadania.

Nesse sentido a escola pública, que é resultado de lutas sociais, tem uma nova configuração, abre espaço para os empresários, no qual o Estado já não terá

mais o poder, e sim grupos hegemônicos que estarão ocupando também esse lugar. É a privatização do ensino público.

Segundo Lúcia Maria Wanderley Neves (177-178):

“No início do primeiro mandato de FHC, foi criado o Ministério da Administração e da Reforma do Estado (Mare), com o objetivo de promover uma ampla reforma da aparelhagem estatal quanto a sua estrutura e funcionamento. Para seu titular, foi designado Luiz Carlos Bresser Pereira. Percebe-se na documentação produzida pelo Mare (BRASIL, 1997c), pela Presidência da República (BRASIL, 1995c) e por Pereira (1997) uma ênfase constante na necessidade de modernizar a administração pública brasileira, de modo a torná-la uma administração gerencial que pudesse atender aos desafios impostos pela globalização. Não por acaso, a Constituição de 1988 era apresentada como um entrave para o desenvolvimento do país por ser demais burocrática, ou seja, o que conseguiu construir como um esboço de Estado de bem-estar-social era agora considerado a razão da crise pelos neoliberais da Terceira Via. (NEVES, Lúcia Maria Wanderley. p. 177-178)

Pela citação acima, entende-se que o Estado de bem-estar-social não era uma boa alternativa para o neoliberalismo, pois era considerado um entrave, responsável pela crise. Portanto, teria que ser efetuada uma Reforma do Estado em relação a sua estrutura e funcionamento. Ou seja, diminuir a responsabilidade do Estado para as questões sociais e dar espaço para a chamada Terceira Via.

Ainda complementa Lúcia Maria Wanderley Neves (182):

“Explicitava-se, assim, que o aparelho de Estado não mais executaria as políticas sociais nas diversas frentes. Passaria a delegar sua execução às denominadas organizações públicas não-estatais. Embora haja essa disputa semântica, sendo tal processo apresentado como publicização, pode-se afirmar estarmos diante de um verdadeiro mecanismo de privatização com diversas faces. Contudo, uma dimensão que não pode deixar de ser ressaltada é a da tentativa de atribuir à sociedade a auto-responsabilização pelo financiamento das políticas sociais. Não por acaso, *Plano diretor...* (BRASIL, 1995c) verifica-se, como um dos objetivos precípuos desse novo modelo, a promoção de uma maior aproximação entre o Estado e a sociedade civil, por meio das múltiplas organizações sociais. (NEVES, Lúcia Maria Wanderley. p. 182).

O quadro acima, na visão de Neves não era favorável, já que acabava a responsabilidade do Estado em relação às políticas sociais. Dessa maneira se esvaziavam as políticas públicas, dando lugar a entidades não estatais, que pode ser considerado um processo de privatização. É a aproximação do Estado e sociedade civil nas organizações sociais.

E nesse contexto surgem os clamores pela participação do chamado “terceiro setor”. (PEREIRA; GRAU, 1999; CARDOSO, 2000, apud Lúcia Wanderley Ferreira Neves 2005):

“É nesse contexto que surgem os clamores pela participação do chamado “terceiro setor”. Este foi apresentado como uma outra esfera da vida em sociedade, diferente do Estado e do mercado. Sendo, de acordo com a visão de mundo liberal, o primeiro (o Estado) o lugar da política e o segundo (o mercado) o da economia, a sociedade civil ou terceiro setor seria o espaço do social, das relações sociais baseadas na solidariedade e no altruísmo, que promoveria a participação da “comunidade”. Estão incluídas no chamado terceiro setor organizações não-governamentais (ONGs), instituições filantrópicas, fundações empresariais e associações comunitárias. O que elas têm em comum é o fato de serem não-lucrativas e estarem na sociedade civil (PEREIRA; GRAU, 1999; CARDOSO, 2000). A esse chamado terceiro setor caberia a implementação das políticas públicas, já que tanto o Estado, na fase Keynesiana, quanto o mercado, no neoliberalismo “mais radical”, fracassaram, ao passo que a “sociedade civil” poderia ser mais eficaz que esses dois outros setores, por não estar presa ao autoritarismo, como o Estado, e não buscar o lucro, como o mercado”. (PEREIRA; GRAU, 1999; CARDOSO, 2000, apud Lúcia Maria Wanderley Neves 2005).

Nesse sentido, entende-se que há uma dívida social, que o Estado foi ineficaz em garantir aos excluídos, e então foi chamada a sociedade civil para ajudar organizar ações para as questões que o Estado não foi capaz de resolver, em relação a questões sociais, com base na solidariedade e altruísmo. Portanto, as pessoas civis acabam se achando responsável pelas pessoas excluídas, e desenvolvem ações para minimizar a carência das mesmas, enquanto que ao Estado, diminui essa responsabilidade, assim como diminuem as políticas públicas sociais.

Com a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições presidenciais de 2002 infelizmente não houve uma ruptura com o projeto neoliberal da Terceira Via, como relata Lúcia Maria Wanderley Neves (2005, pg. 186-187):

“Desde sua fundação até meados dos anos 1990, o compromisso classista assumido pelos ideólogos desse partido teve inegável importância na crítica ao conjunto do sistema partidário brasileiro e em sua requalificação, por meio das práticas político-parlamentares de seus representantes, em um contexto marcado pela reconstrução democrática e constitucional do país após 20 anos de ditadura militar, servindo como parâmetro decisivo à organização da classe trabalhadora em novas bases. O combate à corrupção e ao clientelismo político não apenas deu credibilidade ao partido, vindo a se tornar cada vez mais consensual para o conjunto da sociedade. Contudo, ao longo da década de 1990, à medida que ganhar as eleições tornava-se estratégia prioritária do PT, as alianças políticas e o *marketing* eleitoral substituíram sua vinculação à classe trabalhadora e à própria militância popular (FONTES, 2005). No poder, o PT afirma claramente: “O partido no governo [...] privilegia a ‘segurança’ como condição mínima para as mudanças. [...] Não é um partido que exacerba a luta de classes, porque essa exacerbação fragiliza o governo ante o domínio do capital financeiro globalizado.” (GENRO, 2004, P. 71)

Portanto, houve mudanças significativas, mas devido às alianças do partido para poder chegar ao poder, continua o mesmo Estado neoliberal, com alguns ajustes nas questões sociais, uma esquerda moderada para poder continuar no poder. Houve garantia às massas desprivilegiadas a inclusão social, por meio de políticas compensatórias, como exemplo do Programa Bolsa Família.

Adelaide Ferreira Coutinho (2005) ressalta que:

“É comum, hoje, a realização de fóruns em que as ONGs sentam-se para discutir a pobreza, a cidadania, a educação e outros tantos temas em moda. Nestes fóruns a pobreza e suas manifestações são apresentadas em vitrines, stands ou em longos debates por burocratas, políticos de carreira, cidadãos caridosos, empresários ou ainda intelectuais a serviço da causa, que perderam a noção de luta política e passaram a apostar no consenso, este, o símbolo do novo pacto social (parcerias) ou o documento comprobatório de suas responsabilidades sociais”. (COUTINHO, Adelaide Ferreira-2005.

Por meio da análise de Adelaide Ferreira Coutinho, percebe-se como na atualidade é comum discutir temas relacionados a pobreza, porém essas pessoas que debatem o tema, perderam a noção de luta política e apostam no consenso, o qual é símbolo do chamado pacto social, parceria entre mercado, Estado e “terceiro setor” .

3 METODOLOGIA

Para a realização dessa pesquisa foram utilizados/as autores/as que trabalham com temas que colaboram para a compreensão das políticas educacionais no Brasil contemporâneo e mostram como todo esse trabalho ideológico está a serviço da perpetuação e fortalecimento da hegemonia. A qual busca e frequentemente obtém o consenso das classes subalternas para a conservação de políticas que, embora sob formas mais sofisticadas, continuam a servir aos interesses do grande capital. Os/as autores/as escolhidos fazem estudos críticos sobre o chamado “terceiro setor” e o debate hegemônico que o sustenta, seus pressupostos e promessas, o fenômeno que se oculta por trás desta determinação ideológica e a sua funcionalidade para com o projeto neoliberal, no

enfrentamento da “questão social”, inserido no atual processo de reestruturação do capital.

A sociedade civil brasileira é dividida em primeiro, segundo e terceiro setor. O primeiro Setor é definido como sendo o Estado/governo, e abrange os interesses públicos podendo ser representado pelos órgãos do governo como ministérios, secretarias, prefeituras municipais, governos dos estados, presidência da república e órgãos governamentais em geral. Para esse setor cabe a função de aplicar o dinheiro público em ações para a sociedade, em prol de melhorar a vida dos cidadãos além de produzir leis e supervisionar para que essas sejam cumpridas, pois as leis servem como regras básicas para uma convivência harmoniosa em sociedade.

Para o segundo setor, temos a definição de comércio/mercado, e ele abrange as empresas privadas que buscam benefício próprio e particular, investem o dinheiro em atividades de interesse próprio visando o desenvolvimento empresarial e vendo a sociedade como consumidor, pois é pelo segundo setor que se produz e se consome produtos e serviços, que abrangem desde itens importantes para as necessidades humanas a itens de conforto e desejos individuais, esse é o setor que afirma nosso atual sistema de governo, o capitalismo.

O terceiro setor, parte integrante do nosso objeto de estudo, surge visando a prestação de serviços de interesse social que o Estado não prove e sem a intenção de lucro que o mercado procura. Para Montaño (2003) a divisão da sociedade em três setores aconteceu nos EUA (Estados Unidos da América), em 1978, por John D. Rockefeller, ainda afirmava que o terceiro setor foi um ‘setor invisível’.

“Nós americanos sempre nos orgulhamos da vitalidade de nosso país. No entanto, frequentemente deixamos de reconhecer umas das principais razões da nossa vitalidade: o fato de que desenvolvemos, no decorrer dos mais de dois séculos de nossa existência, um notável *sistema de três setores*. Dois setores são instantaneamente reconhecíveis para todos: o *mercado* e o *governo*. Mas o terceiro é tão negligenciado e tão pouco compreendido, que fico tentado a chamá-lo de ‘setor invisível’. O terceiro setor é o setor privado sem fins lucrativos” (*apud* Landim, 1999. Pg. 236, citado por Montaño, Carlos – Terceiro Setor e a questão social. Pg 53).

Quando o primeiro setor não atende as demandas das questões sociais, deixando de aplicar o dinheiro público para a melhoria das mesmas, o terceiro setor

acaba abraçando a causa. Setor esse que Montañó chama de invisível, um setor privado, sem fins lucrativos.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Esta é uma pesquisa quantitativa, pois foi utilizado questionário para coleta de dados, os quais verificarão se a hipótese formulada pela pesquisadora realmente ocorre, mesmo que provisória, já que é um tema complexo e ainda precisa ser melhor aprofundado para realmente verificar as ocorrências ou não das hipóteses formuladas.

Nesse sentido buscou-se alguns autores, para verificar se essa pesquisa é mesmo quantitativa. Popper relata que:

“De uma forma geral, tal como a pesquisa experimental, os estudos de campo quantitativos guiam-se por um modelo de pesquisa onde o pesquisador parte de quadros conceituais de referência tão bem estruturados quanto possível, a partir dos quais formula hipóteses sobre os fenômenos e situações que quer estudar. Uma lista de consequências é então deduzida das hipóteses. A coleta de dados enfatizará números (ou informações conversíveis em números) que permitam verificar a ocorrência ou não das consequências, e daí então a aceitação (ainda que provisória) ou não das hipóteses. Os dados são analisados com apoio da Estatística (inclusive multivariada) ou outras técnicas matemáticas. Também, os tradicionais levantamentos de dados são o exemplo clássico do estudo de campo quantitativo (POPPER,1972)”.

Diante dessa afirmação, entende-se que essa pesquisa é quantitativa, já que busca técnicas matemáticas para verificar se as hipóteses levantadas pela pesquisadora tem realmente alguma veracidade.

Os questionários formulados pela pesquisadora foram respondidos por vinte e quatro alunas/os do Curso de Formação de Docentes do Colégio Estadual Professor Gildo Aluísio Schuck – Ensino Médio e Normal (EMN).

A primeira questão se refere ao que entendem por Educação Pública. Todos/as os/as educandos/as responderam que é um ensino ofertado pelo Estado. É gratuito e todos/as deveriam ter acesso a um ensino público de qualidade. Em relação ao que entendem por filantropia também todos/as responderam de maneira igualitária. Que filantropia é quando uma instituição é autônoma, não existe responsabilidade do governo para mantê-la e a sociedade que busca recursos para

manter a mesma. A terceira pergunta é sobre a filantropia na educação pública e o que eles/as enquanto estudantes do Curso de Formação de Docentes pensam sobre essa questão. Vinte e duas das respostas foram unânimes em não concordar, porque as instituições públicas devem ser mantidas pelo Estado, e não deixar essa responsabilidade para a sociedade, segundo as/os estudantes. Já uma estudante respondeu de maneira confusa e contraditória, concordando com a filantropia e ao mesmo tempo discordando. E outra estudante respondeu que é uma boa alternativa a filantropia em parceria com a educação pública, o Estado contribui com uma parte e a sociedade com outra. Na quarta questão é para as/os educandas/os responderem o que pensam acerca da temática da Filantropia e Educação Pública. Responderam de maneira igualitária, em sua maioria disseram que não concordam com a filantropia, porque acreditam que o Estado deveria manter a educação. Apenas duas respostas foram diferentes, pensam que tanto a filantropia quanto a educação pública devem ser de qualidade e estarem juntas. Na quarta pergunta, analisaram a filantropia dentro da escola pública. Uma estudante não respondeu, três pensam que já que o Estado não cumpre seu papel, então acreditam ser bom que as pessoas contribuam e vinte educandas/os responderam que não é uma atitude correta a filantropia na escola pública. A quinta questão pede a opinião das/os estudantes se a filantropia no ensino público interfere na responsabilidade do Estado. Todas/os responderam que interfere na responsabilidade do Estado, porque ele está transferindo a responsabilidade dele para a sociedade. A última pergunta é para escreverem o que entendem por justiça social e se a filantropia aliada a educação pública interfere na justiça social. Duas respostas foram confusas, dizendo que todos/as têm o mesmo direito. Já as/os demais estudantes responderam de maneira igualitária que justiça social é quando todas as pessoas têm os mesmos direitos, e que não estamos em um país justo, já que algumas pessoas têm muito e outras nada. E a filantropia aliada a educação pública interfere na justiça social porque o Estado não cumpre seu papel, já que recebe impostos para as pessoas ter assistência e direitos garantidos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos autores estudados e tendo em vista o que as pesquisas anteriores já analisaram sobre a temática, analisou-se a possibilidade de uma terceira via entre escola pública em crise e escola particular a serviço de uma minoria de privilegiados. Essa terceira via que Freire (1991) chamou de escola pública popular e Antonioli (1993) de escola de base, deve ser a prioridade para os pedagogos progressistas.

Nesse sentido é importante que se promova uma reflexão sobre as condições necessárias para atacar as desigualdades educativas estruturais. Para que isso ocorresse seria necessário melhorar a estrutura e os apoios políticos do setor público, devido a insuficiência de recursos. Porém isso parece um tanto utópico no momento atual, onde acontece uma restrição orçamentária enorme na educação pública. Os financiamentos públicos (direto e indireto) das empresas privadas (escolas e editoras) deveriam ser motivos de análises e reflexões. Do mesmo modo seria importante uma grande mobilização do corpo docente e especialistas em educação para que essas análises e reflexões possam de fato acontecerem. O Estado deveria garantir e regular o sistema educativo. Sendo assim, seria em vão uma reforma da rede pública sem colocar regras para o privado. O Estado deve participar da educação de todos/as, e não esquecer as pessoas menos favorecidas. Há um discurso neoliberal elitista que justifica as desigualdades sociais e o triunfo dos mais fortes. Ele culpa os mais pobres e os/as docentes e considera o mercado como a única racionalidade possível e acaba num discurso meritocrático.

Sendo assim, durante os estudos e questionários realizados nessa pesquisa, percebeu-se certa ausência do Estado nas questões sociais, e portanto o mesmo faz parcerias com o setor privado, colocando a sociedade civil como sendo também a responsável para que a justiça social aconteça. Nesse artigo verificou-se que a filantropia nas instituições públicas pode interferir na questão da justiça social. Porém, ainda foi insuficiente para obter um entendimento aprofundado sobre o tema, visto que o mesmo é muito complexo e exige um estudo mais rigoroso, inclusive sobre os conceitos de Terceira Via, Terceiro Setor, Filantropia, Privado e Público. Percebe-se a necessidade de dar continuidade a essa pesquisa em outros momentos que forem oportunizados.

REFERÊNCIA

ANTONIOLI, A. ***Le droit d'apprendre. Une école pour tous en Afrique.*** Paris: L'Harmattan, 1993.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS.

Propostas da Abong para o marco legal das ONGs: maio de 2004. Disponível em <<http://www.abong.org.br>> Acesso em: 24 de out. 2016.

BENEVIDES, F. C. **Educação em tempo de reforma.** Revista Adusp. Ago. 1996, p. 21-23

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A Reforma do Estado dos anos 90:** Lógica e Mecanismos de Controle. Brasília, DF: Ministério da Administração e Reforma do Estado, 1997. (cadernos MARE da Reforma do Estado, 1).

CARDOSO, Fernando Henrique. **A luta de PT e PSDB é política, não ideológica.** Entrevista concedida a Cristovam Buarque. O Globo, rio de Janeiro, 29 nov. 2004. O País, p. 10.

CURY, C.R. **A educação e a nova ordem constitucional.** *Ande – Revista da Associação Nacional de Educação*, 14, ano XVIII, 1989, p. 5-11.

DEMO, Pedro. **Santo Estado, Maldito Mercado:** de certas esquerdas que são direitas. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922005000200009&script=sciabstract&tlng=PT>. Acesso em 29/09/2016, às 11h16m.

FERREIRA, Adelaide. **Filantropia em Educação no Brasil:** A outra face da oferta de Educação Básica aos pobres ou demissão do Estado? Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/qgt05-4561-int.pdf>. Acesso em 25/10/2016, às 11h.

FREIRE, P. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

FRIGOTTO, G. **A formação e profissionalização do educador: novos desafios**, In SILVA, T. T; GENTILI, P. Escola S.A. – quem ganha e quem perde no mercado educacional do Neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996, P. 75-105.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, 1990.

GENRO, Tarso. **A esquerda e a terceira via: um dilema teórico e político em curso**. [2004?]. disponível em: <http://www.lead.org.br/article/view/1061>. Acesso em: 12 set. 2005.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. Tradução de Maria Luíza X. de A. Borges. 4. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2001^a.

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

MONTAÑO, Carlos. **O terceiro setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

MOURA CASTRO, C. de. **Ensino Privado ou Público: Eis a (falsa) questão**. *Ensaio*, 5 (17), 1997, p. 423-452.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley Neves (org.). **Direita para o social e esquerda para o capital**. São Paulo: 2010.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley Neves (org.). **A Nova Pedagogia da Hegemonia: Estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

O público e o privado na educação contemporânea, *Cadernos de Pesquisa*, 81, 1992, p. 33-44.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A Reforma do Estado nos anos 90: lógicas e mecanismos de controle**. Brasília: Mare, 1997. (Cadernos do Mare,

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; GRAU, Nurria Cunnil. **Entre o Estado e o mercado: o público não estatal**. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; GRAU, Nurria Cunnil (Org.). **O público não-estatal na reforma do Estado**. São Paulo: FGV; 1999. p. 15-48.

PERONI, Vera Maria Vidal. CAETANO, Maria Raquel. **O público e o privado na educação**. Projetos em disputa? Disponível em: <http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/584>. Acesso em 25/08/2016, às 10h30m.

PETRAS, J. **Império e políticas revolucionárias na América Latina**. São Paulo: Xamã, 2002.

POPPER, K. R., (1959), **A lógica da pesquisa científica**, Ed. Cultrix (tradução, 1975), São Paulo.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1996.

ZIBAS, D. M. L. **A escola pública e a escola privada diante das propostas de modernização do ensino médio**. 1995. (Tese de Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.